

Estado Autoritário, Censura e Disputas Políticas: O caso da *Gazeta de Sergipe* (1968-1970)

Carla Darlem Silva dos Reis*

Introdução

Assim como ocorreu em todo país Sergipe foi alvo da censura impetrada pelos militares junto ao golpe de 1964. Todos os meios de comunicação existentes na cidade sofreram algum tipo de intermitência que fora sendo agravada com a instauração dos Atos Institucionais. A *Gazeta de Sergipe* (GS), importante mídia sergipana, que embora de alcance local contava com inúmeros leitores, sofreu de perto a censura, pois após a instauração do Ato Institucional nº5 mudou não apenas o formato editorial como também seu posicionamento ideológico.

Com o AI – 5 a censura imposta aos meios de comunicação se tornou extrema, pois diferente dos outros AI's, que foram criados como uma medida emergencial, o esse foi instaurado para defender os ideais da “Revolução”, ele não era efêmero, mas permanente. A imprensa foi cerceada de todas as maneiras. Nada que maculasse a imagem do governo militar poderia circular. Jornais, revistas, tiveram suas redações fechadas, as que continuaram abertas tinham a presença diária e obrigatória de um censor, que enviava instruções via telefone, bilhetinhos ou até mesmo *in loco*. No entanto, mesmo cerceados da sua liberdade os jornais utilizavam-se de outras formas para romper com as inserções e interdições pontuais dos Anos de chumbo.

1.1 O AI-5 e a *Gazeta de Sergipe*

Após a publicação do maior Ato Institucional de todos a GS só pronunciou-se a respeito em 01º de janeiro de 1969, antes disso apenas publicou o ato na íntegra no dia 14 de dezembro de 1968, mas sem manifestar-se em relação ao mesmo. No dia 1º de janeiro, no entanto, lança um editorial um tanto contraditório, pois ao mesmo tempo em que critica o cerceamento da liberdade, de maneira bem sucinta, é verdade, elogia o ato denominado então de “revolucionário”. Inicialmente diz que a disciplina foi imposta em 1964 “impregnada pelo ranço udenista, como filosofia de vida política” (*Gazeta de*

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora a Profª Drª Célia Costa Cardoso. Integrante do Grupo de Pesquisa: Poder, Cultura e Relações Sociais na História (UFS).
Email: carlareisufs@gmail.com

Sergipe, 01 de janeiro de 1969: 3), alegando ainda que as Forças Armadas tomaram tal posição devido a desorganização política dos Estados. O editorial é finalizado enaltecendo a decisão do Exército, pois para o periódico, “as Forças Armadas assumiram perante 90 milhões de brasileiros a responsabilidade de impor uma disciplina saudável através de reformas estruturais de sua administração pública e privada” (*Gazeta de Sergipe*, 01 de janeiro de 1969: 3).

Ainda de acordo com a *GS* a atitude tomada pelos militares deu-se em decorrência da responsabilidade nacionalista:

Essa responsabilidade será completa com uma **filosofia de fundo nacionalista** sem exacerbações jacobinas, porém firmemente ajustada às realidades brasileiras. Toda segurança nacional será montada numa estrutura **política nacionalista**, trabalhada pela consciência histórica de que nenhuma Nação se organizou às custas de outras, mas sobretudo pela decisão do seu povo. Outras não poderiam ser as perspectivas para 1969 deste jornal coerente com sua tradição de luta pela independência e progresso do povo brasileiro. (*Gazeta de Sergipe*, 01 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso).

Quando um discurso é analisado deve-se ficar atento ao que se repete ao invés de focalizar palavras utilizadas esporadicamente. Na maioria dos editoriais e manchetes, nota-se a constância da palavra **nacionalismo**, tanto antes, quanto após o Golpe de 1964. Tendo seu apogeu na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, o termo nacionalismo sofreu diversas mutações e, de acordo com Eric Hobsbawm (2002), esse conceito “sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e a esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba” (2002: 144). Dessa forma podemos enquadrá-lo no caso brasileiro, pois a partir de 1956 o nacionalismo para a ser voltado para o espectro político das esquerdas, o que é acentuado com a chegada de João Goulart à presidência.

O nacionalismo do governo Jango é definido como *Nacional Reformismo*, visando a melhoria das condições sociais das classes populares, pois de nada adiantaria o desenvolvimento econômico se este não chegasse ao povo. De acordo com Charles Domingo (2009), em artigo publicado na Revista *Anos 90*, “o povo, nesse momento se torna o elemento definidor do nacionalismo”, pois a nação já estava constituída.

Segundo Lucília Delgado (2007) uma das responsáveis por essa mudança no conceito do nacionalismo, principalmente por incrementar e ser favorável as Reformas de Base foi a Frente Popular Nacionalista (FPN), pois exerceu um papel importante na “difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentista, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil” (2007: 373).

Enquanto o nacionalismo no governo Goulart clamava um caráter nacionalista-reformista, pugnando a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando a emergência dos setores populares, o nacionalismo ditado pelos militares estava ligado ao nacional-desenvolvimentismo, buscando a instalação de indústrias, multinacionais, ampliando assim o capital do país, não preocupando-se com o bem-estar social, nem com a manifestação dos setores populares. O discurso elegido pela *Gazeta* é, portanto do conceito nacionalista ligado ao nacional reformismo e não ao nacional-desenvolvimentismo do Governo Militar.

O jornal soava a todo tempo contraditório, pois em 1964 convida o povo a lutar pelas reformas de base e contra o processo antidemocrático que poderia ser instaurado no Brasil (*Gazeta de Sergipe, 01 de janeiro de 1964: 4*), e continua defendendo isso mesmo após o golpe, em 1968 entende – o que agora chamam de “Revolução” –, como um processo “historicamente sereno, brando, não obstante as lutas sangrentas dos ‘praieiros’ de Recife [...]. **Atualmente se desenvolve sem a participação do povo, mas pela contradição das próprias forças militares no Poder**, desde 1964” (*Gazeta de Sergipe, 8 de janeiro de 1969: 2* – grifo nosso), enfatiza o não envolvimento popular com esse novo modo de fazer política no Brasil, mas não busca fazer um diálogo com o povo como fazia nas edições anteriores a 1º de abril de 1964.

Entretanto, há de observar-se que as denúncias contra a corrupção não cessam. É como se fizessem um misto de críticas governamentais com certos elogios ao comando militar para que não fosse levado o fechamento do periódico, vale ressaltar, todavia que essas críticas eram ao Governo Estadual, não foram encontradas críticas diretas ao Governo Federal. Em relação a corrupção o diário alega que, “Os corrutos (sic) sempre viveram acastelados nos Poderes públicos e jamais foram apagados em 64. Agora o povo espera embora desconfiadamente que o governo Costa e Silva não falte a essa

medida oportuna” (*Gazeta de Sergipe, 08 de janeiro de 1969: 2*), vale ressaltar que nesse momento faziam parte do quadro governamental o administrador público Lourival Baptista e no quadro de Deputados o Luiz Garcia, veemente acusado pela *Gazeta* de desvios de verba pública quando fora governador de 1959 a 1963.

De acordo com o periódico o problema com a corrupção foi abafada em 1964 devido “**a preocupação com os ‘subversivos’**”, pois “**era do interesse dos corruptos que tudo fizeram para fortalecer a crença nos males do país decorrentes da ação dos ‘subversivos’**” (*Gazeta de Sergipe, 9 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso*), fazendo com que “**os responsáveis pela corrupção (sic), arbítrio, violências, crimes de todas as naturezas ficaram impunes e continuam no domínio da política estadual até hoje**” (*Gazeta de Sergipe, 9 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso*).

Em diversos momentos os atos subversivos são vistos, como uma maneira de inibir os desvios de conduta dos governantes, desse modo anunciam no editorial *Reforma das estruturas* o seguinte:

Em 1964 ocorreu um movimento militar que ao assumir o Governo da República, tentou imprimir um cunho novo nas estruturas administrativas e econômicas do País. Os esforços perderam-se diante das resistências opostas pelas classes dominantes nas suas mais diferentes modalidades. Desviadas as atenções para a “subversão”, como o perigo imediato do comunismo tomar conta do País, as verdadeiras causas da crise brasileira ficaram impunes. E a impunidade favoreceu os responsáveis pela corrupção e o crescimento das negociatas e dos peculatos. (*Gazeta de Sergipe, 25 de janeiro de 1969: 3*).

Interessante observar também que mesmo com as intermitências sofridas pela *Gazeta de Sergipe* decorrente do AI-5 a mesma qualifica-o como “**o instrumento legal que assegurará meios de punição dos ladrões e peculatórios**” (*Gazeta de Sergipe, 25 de janeiro: 3*).

1.2 – “Fogo na Gazeta” – Memórias de um corpo editorial.

Por conta de seus posicionamentos a *GS* possuía alguns inimigos. Segundo Paulo Brandão¹, a partir de 1968 surgiu uma espécie de comando pichando a sede do jornal com as palavras: “Toca fogo na gazeta”. Episódio que ocorreu em 13 de janeiro de 1969. Poucas foram as fotografias encontradas do incêndio na clicheria da *GS*, essa abaixo saiu na edição do dia 15 de janeiro, embora de baixa qualidade, dá para perceber a situação na qual ficou a clicheria.



Figura 1 - O que restou da clicheria, em foto publicada pela Gazeta de Sergipe. Fonte: Gazeta de Sergipe, 15 de janeiro de 1969.

De acordo com editorial do dia 15 de janeiro:

Pertence à história de Sergipe o slogan – Fogo na Gazeta – cantando em verso e em prosa por certos grupos políticos que inconformados com a nossa pregação contrária à corrupção, à violência, ao arbítrio, contravenções fiscais e crimes de homicídios reagem de forma eloquentemente adequada aos métodos conduzir seus partidos. Há menos de um ano na frente do prédio deste matutino, apareceu escrito – Fogo na Gazeta – demonstração do desejo ardente do referido grupo político em conseguir o nosso desaparecimento como órgão da imprensa sergipana. Sempre encaramos essa possibilidade com ânimo esportivo destemorosos de sua realização. No entanto, hoje nos confessamos rendidos à evidência dos fatos. O incêndio se processou no domingo entre 23 e 24 horas, dia escolhido para as operações suspeitas segundo os especialistas seguradores. Até porque, incêndio por curto circuito não escolhe dia, acontece. Perdemos a clicheria, mas iremos adquirir outra. O nosso arquivo continua guardando os fatos registrados diariamente da vida política social e econômica do Estado.
(*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 3).

O prédio no qual ocorreu o episódio ficava localizado na Av. Rio Branco, nº316, onde hoje funciona um estacionamento ao lado das lojas Huteba. De acordo com o ex-jornalista Paulo Brandão, os primeiros a chegarem à redação foram ele e o seu irmão

¹ Ex-jornalista da *Gazeta de Sergipe* e neto do fundador desse jornal, Orlando Dantas, em entrevista concedida a autora em 16/03/2012

Renato Brandão, ambos netos de Orlando Dantas, de lá foram até à cidade de Capela contar o ocorrido ao proprietário do jornal:

Eu me lembro, eu estava com meu irmão, meu avô estava na usina em Capela, aí meu irmão foi lá, aí meu irmão foi dirigindo até Capela. Aí ele chegou lá e disse: “meu avô, lembra daquela história toca fogo na *Gazeta*?” Aí ele disse sim, por que? Meu irmão respondeu Tocaram fogo mesmo. (risos) O pessoal era bem humorado, apesar de tudo. (Entrevista do ex-jornalista Paulo Brandão, concedida em 17/03/2012)

O informe sobre o incêndio na sede jornalística, nos diz que o primeiro a perceber o incêndio foi o guarda noturno da *GS* que pediu para o proprietário do bar frequentado pelos “gazetenses” ligassem para o corpo de bombeiros, que atendera a ocorrência de imediato, encerrando o fogo às 23:30h. De acordo com o jornal, tudo levava a crer que o incêndio teria sido criminoso uma vez que:

De início está afastada a hipótese de um curto circuito, vez que, se isto tivesse acontecido a chave geral apresentaria fios queimados, o que não ocorre. [...] De concreto, podemos afirmar que o fogo grassou pelo telhado e somente a caída deste ao solo é que provocou os estragos maiores na clicheria. (*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 8).

Além disso, acreditava-se em incêndio criminoso devido ao achado de alguns objetos suspeitos e de uma janela quebrada justamente no local do incêndio:

No assoalho da clicheria, foram encontradas intactas uma lata de querosene (sic) e um boião (sic) de ácido nítrico, usado para se fazer clichés(sic). Ressalte-se, ainda que o segundo Delegado da Capital bel. Costa Cavalcante, responsável pelo inquérito, encontrou uma janela aberta que poderia ter sido arrombada, num prédio vizinho, dando justamente para o local do incêndio. Isso leva a crer num ato de sabotagem que só o inquérito policial poderá confirmar, ou não. (*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 8)

Ao longo das edições dos meses seguintes não encontramos notícias concernentes ao fato, apenas uma pequena piada na seção *Humor GS*, que mencionava o ocorrido:

- Finalmente, tocaram fogo na Gasetta (sic) com álcool ou com gasolina?

- Com raiva!...²

1.3 – GS x RL: Disputas políticas

Embora na maioria das vezes a *Gazeta de Sergipe* fosse a responsável por investidas contra os grupos políticos do Estado, também era vítima de algumas denúncias, ou como eles diziam “calúnias”. Ainda em janeiro de 1969 há o caso do radialista Silva Lima que caluniou o Sr. Orlando Dantas através do seu programa na Rádio Liberdade. Como não temos fontes suficientes é impossível localizarmos o que foi dito do Diretor do jornal e não podemos afirmar até que ponto o radialista estava certo. De acordo com a notícia publicada no jornal do dia 30 de janeiro de 1969, Silva Lima fora condenado a ausentar-se dos microfones no período de quatro meses, tanto em sua emissora, quanto nas outras. Para que pudéssemos ter uma melhor visão do caso foi buscado o processo no Tribunal de Justiça de Sergipe, no entanto, o mesmo não consta no acervo.

De acordo com depoimentos colhidos pelo professor Sérgio Borges para o documentário *Silva Lima: Uma memória Radiofônica* (2003), o radialista era uma figura que “gerava amor e ódio na mesma proporção”, através de seu programa *Informativo Cinzano* que tinha o slogan “As primeiras notícias da tarde de hoje a as últimas da manhã que passou”, o locutor era bastante crítico e pugnava diversas denúncias contra autoridades sergipanas. O informativo ia ao ar às 12:30h e de acordo com Nadja Araújo em Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Oswaldo Cruz em 2006, o Cinzano funcionava:

Como uma espécie de revista radiofônica, onde o locutor Silva Lima adquiriu status junto à população e as autoridades. Os microfones da Liberdade funcionavam como uma tribuna popular, com informes, denúncias e debates, que se prolongavam por dias a fios. (p. 12)

² Retirado da edição número 3.796 do dia 09 e 10 de março de 1969: 2



Figura 2: *Radialista Silva Lima*. Fonte: Acervo do jornalista Paulo Brandão.

Nos jornais pesquisados não há registros do que o radialista falou sobre o Diretor do periódico, na tentativa de encontrar informações na sede da Rádio, que funciona nos dias atuais, foi feita uma visita a Rádio Liberdade e também lá não foi possível localizar os documentos, pois de acordo com o Diretor atual do meio de comunicação, o Sr. Otacílio Leite, a instituição não possui arquivos, tendo documentos apenas recentes (2007 em diante), pois não havia a prática de guardar gravações, nem documentos. As únicas informações encontradas sobre a Rádio Liberdade foram obtidas através da coluna no site Infonet do Jornalista e radialista Cláudio Nunes, que conta um pouco da história da Rádio Liberdade:

Em Sergipe a coligação PSD/PR tinha conseguido eleger Arnaldo Garcez para suceder José Rollemberg Leite no governo estadual. A UDN – União Democrática Nacional -, cujo líder máximo era Leandro Maciel, precisava de uma emissora de rádio para fortalecer sua candidatura nas eleições de 1954. (Informações retiradas do site do Jornalista Cláudio Nunes disponível em: <http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=133489>, acessado em 01 de outubro de 2012, às 15h)

O responsável pela sentença do radialista foi o juiz Lauro Pacheco. Segundo o periódico, as investidas contra o Sr. Orlando Dantas se davam em decorrência das denúncias promovidas contra a Rádio Liberdade nos crimes de defloração, enriquecimento ilícito, contravenções fiscais, que estavam presentes naquela emissora

desde o governo de Leandro Maciel. Vejamos o que é dito pelo jornal sobre a rádio em questão:

Montada no governo Leandro Maciel que subiu ao Palácio Olímpio Campos em 1955, através de meios escusos, na maior fraude eleitoral da história política do Estado, se constituiu, de logo, em instrumento de ataques pessoais. Quando, doze anos atrás, surgiu a GAZETA, sob a direção do jornalista Orlando Dantas, **tempos após a Rádio Liberdade encetou campanha pessoal contra nosso diretor**, ao ponto da direção do semanário A CRUZADA ter empreendido um movimento de protestos que ecoou na sociedade. Cessada a campanha, decorrido um período de silêncio, novamente outra campanha estourou violenta e pessoal. É preciso considerar que este matutino, sempre cuidadoso com o caráter pessoal, **só denunciava fatos como crimes de assassinatos, contravenções fiscais, defloramentos em empresas dos diretores da Rádio referida, enriquecimento ilícito**. O espancamento de um sargento da Polícia militar em plena rua da cidade, a presença de 50 pessoas comandadas pelos diretores da Rádio no Quartel da Polícia militar arrancando das mãos do Comando os presos que espancaram o referido Sargento, o crime monstruoso de Litinho, os defloramentos alarmantes de empregadas das empresas Albino Silva da Fonseca, as evasões de impostos nas áreas federais, estadual e municipal, sempre foram motivos de protestos silenciosos de muitos. **Nunca, porém, este matutino guardou conveniências diante desse poder de dominação que se organizava à sombra do governo Leandro Maciel**, tanto em riqueza material como pelo pavor despertado em face dos crimes de mortes cometidos. **As nossas denúncias sobre a presença de bujões de gás no segundo trecho da rua de Laranjeiras, com riscos evidentes para a segurança pública, de paz com os pistoleiros postados na porta do estabelecimento do grupo da Rádio Liberdade**, eram aceitas pelo povo diante de fatos incontestes. (*Gazeta de Sergipe*, 13 de março de 1969: 3).

Não se pode fazer o contraponto da *GS* com as possíveis denúncias da *RL* por não haver fontes, no entanto, através do que é colocado pelo jornal, pode-se analisar que o mecanismo para a construção do discurso negativo da figura de Orlando Dantas faz o mesmo percurso feito pelo periódico para tecer a oposição contra Leandro Maciel. Como não foram encontrados o processo impetrado contra a Rádio Liberdade pelo Sr.

Orlando Dantas, nem as gravações do Informativo Cinzano, não se pode afirmar até que ponto vai a veracidade dos fatos postos pela *GS* diante da *RL*.

A discussão empreendida por ambos se dá num mesmo contexto situacional político, no qual os dois apresentam, (em momentos distintos), o papel de locutor e interlocutor. Quando um dos meios se pronuncia em relação ao outro, traz para si a incumbência de locutor, ou enunciador, fazendo com que o receptor da notícia, o grande público ou até mesmo o atingido, seja capaz de produzir um juízo sobre o que lhe foi passado. De acordo com Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (2008), o receptor sofre influência do que é lhe passado através do enunciado, produzindo um discurso favorável para um dos lados. Sendo assim, dá-se para entender que os escritos do jornal e as emissões orais feitas pelo radialista Silva Lima estavam impregnados de significação, para que assim o receptor acabasse por escolher um dos lados, aquele que houvesse uma maior identificação.

1.4 - As contradições da memória

A *Gazeta de Sergipe*, assim como a grande parte dos veículos de comunicação do Brasil, sofreram intermitências, apesar de não ter sido completamente fechada foi podada e levada a publicar as notícias positivas a respeito do Governo militar. Dentre os jornalistas entrevistados para tentar perceber como se deu a censura dentro daquele veículo de comunicação ouvi-se Clara Angélica Porto, que ingressou no jornal aos 17 anos, em 1964. De acordo com a entrevistada a *GS* desempenhava um papel muito importante na política sergipana, principalmente através da coluna *Informe GS* escrita por Orlando Dantas e Nino Porto.

Vida Social era a coluna escrita pela jornalista enquanto esteve na *Gazeta*, tratava das trivialidades da vida aracajuana, festas, casamentos, shows e os bailes que aconteciam nos clubes de Aracaju, ficava localizada ora na segunda página, ora na quarta ou quinta. Assuntos como política, educação e economia dificilmente eram tocados na coluna. A colunista é substituída durante vinte um dias, mas não por conta de censura política e sim por conta de uma viagem ao Rio de Janeiro, como relata Leilinha Leite, substituta da Clara Porto, “Meus Queridos Amigos: mais uma vez

substituiu a nossa Clara Angélica. Uma garota muito “gente jovem”, que agora se encontra na cidade mais linda e feiticeira do mundo: o Rio de Janeiro” (*Gazeta de Sergipe*, 23 de janeiro de 1969: 5). Durante o tempo que passou na GS Leilinha Leite, continuo tratando das trivialidades sergipanas, casamentos, aniversários, jantares no Iate Clube, moda e os bailes dançantes que ocorriam na Associação Atlética.

Em 13 de fevereiro de 1969, Clara Angélica retorna ao jornal e relata sua estadia na Guanabara, “E eis-me aqui outra vez, nesta terrinha querida, depois de alguns dias fora, retomando este contacto diário com vocês, leitores de <<GS>>. A gente sai um pouco de Aracaju, dá uma volta, por ai, em um lugar encantado como a Guanabara” (*Gazeta de Sergipe*, 13 de fevereiro de 1969). Ao contrário da *Vida Social*, a *Informe GS*, escrita por Nino Porto e Orlando Dantas tinha um tom mais politizado, criticando determinações de alguns órgãos do governo, exemplo disso é uma nota sobre uma deliberação da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB):

A decisão mais demorada que já se viu em nossa Capital é essa do Grupo de Trabalho criado para estudar o preço do cafezinho, média e copo de leite nos bares da cidade. Se não nos falha a memória, há mais de sessenta dias que essa Comissão vem “trabalhando arduamente” para dizer quanto deve custar os produtos acima. Quando, finalmente, tal comissão estabelecer o preço ele já estará caduco. Aí, então, o delegado da SUNAB instituirá novo grupo de trabalho para estudar o preço do cafezinho... **É o círculo viciosa da burocracia nacional...** (*Gazeta de Sergipe*, 09 de janeiro de 1969: 4 – grifo nosso)

No entanto, de acordo com a colunista, ela foi intimada a prestar esclarecimento sobre as suas publicações no jornal. Em entrevista concedida via e-mail³, Porto nos indica que foi pessoalmente censurada pelos militares em janeiro de 1969:

Cheguei a ser presa e indiciada em janeiro de 1969, logo depois da instituição do AI-5 em dezembro de 1968. **Passei um dia inteiro detida no 28 BC**, quando **fui muito humilhada durante o que parecia um interminável depoimento**- tinha apenas 19 anos. **Eles tinham um dossiê meu**, nunca vi nada tão grande, e eu era apenas uma quase menina, uma jovem universitária. Tinham fotos até de mim dançando em festinhas, imagine, eram ridículos. Meu inquisidor, um **Major Bandeira de fartos bigodes, no final, ficou me 'dando conselhos' e, pasmem! pediu que me restringisse a escrever sobre eventos sociais e pessoas da sociedade** (ou seja, que fizesse somente

³ A ex-jornalista Clara Angélica Porto, reside em Nova York, por esse motivo houve a impossibilidade de uma entrevista pessoalmente.

coluna social) e que lembrasse dele e da família dele, quase vomitei! **E que eu não esquecesse que minha coluna seria censurada diariamente e só seria publicada se estivesse 'dentro das novas regras'**. Foi um corte abrupto e radical, **pois meu espaço sempre abordava as questões sociais de importância, a desigualdade social do país, as conquistas políticas dos estudantes** (eu era diretora de imprensa do DCE, quando João Augusto Gama foi presidente e muito engajada com a luta social), a revolução existencialista e de costumes no mundo, a luta da mulher por novos espaços, tudo que daquele momento em diante me estava sendo proibido. (Entrevista concedida em 07 de junho de 2012 – grifo nosso)

Após averiguar os jornais e analisar todas as colunas escritas por Clara Angélica desde o seu ingresso na *Gazeta de Sergipe*, percebemos que os fatos políticos, bem como as desigualdades sociais não eram abordadas por Porto, entretanto, podemos entender esse equívoco de memória devido ao que Halbwachs chama de memória afetiva, quando o indivíduo acaba por tomar pra si um fato vivido devido à sua ligação com outros indivíduos que viveram tal momento. Com isso não negar a censura a GS ou a jornalista, pois como bem sinalizou Paulo Brandão, a partir de um determinado momento o que vigora no periódico é uma *autocensura*, isso nos leva a crer que a jornalista pode ter sofrido esse tipo de censura em sua coluna, como ela mesmo sinaliza:

Ao voltar para a redação, seu Orlando e Ivan tiveram uma conversa comigo. **Seu Orlando** foi doce e gentil, acredite, ele, que tinha fama de durão, e **disse que ele pessoalmente iria ler minha coluna diariamente, antes de submeter à censura militar**. Fazia isso para me proteger, pois se detectasse qualquer coisinha a mais, ele mesmo cuidaria, para que eu não ficasse à mercê dos gorilas. Seu Orlando era assim, tinha um imenso coração. Então, claro que percebi tudo, mais que percebi, **fui uma das vítimas diretas da ação dos militares na censura da Gazeta. As coisas ficaram assim, censuradas, até quando casei e fui embora do Brasil, em dezembro de 1970. O jornal todo era censurado**. (Entrevista concedida em 07 de junho de 2012 – grifo nosso)

Como é percebido no relato de Porto, por algum tempo o jornal praticou a autocensura e sem dúvida, a influência de Orlando Dantas e do seu filho Hélio Dantas, que pertencia ao Exército foram fundamentais para não existir uma censura direta. De acordo com Luiz Antonio Barreto em entrevista concedida aos 16 dias do mês de março, eles recebiam:

com muita constância telegramas pedindo para não divulgar, ou mandando não divulgar determinados eventos, por exemplo, a Reunião da SBPC, e uma série de outros eventos, eventos até bobos como por exemplo um jogo de basquete, ou um jogo qualquer que envolvesse Rússia e Brasil ou Rússia e EUA, quando a Rússia perdia então tinha que se dá ênfase. Uma coisa que hoje eu acho pandega, mas era o que existia naquele momento. (Entrevista concedida em 16 de março de 2012)

Nos relatos de Barreto os jornalistas que haviam sido detidos foram Nino Porto (irmão da Clara Porto), Ivan Valença, Ariosvado Figueiredo, José Rosa de Oliveira Neto, além do Orlando Dantas, que fora convidado a prestar esclarecimentos e do próprio Luiz Antonio Barreto. Também de acordo com Paulo Brandão a censura funcionava mais a base da violência, um Major chegava com uma arma e colocava em cima da mesa, para depois começar a perguntar sobre as manchetes a serem publicadas, fazendo com que o camarada coordenador da edição se sintia subjugado ao censor, ou aos mandos dos militares através de outros meios, em relato Paulo Brandão explica que:

à época não tinha email, nem FAX era Telex, tá? **E era uma situação meio estranha, porque repare bem, chegava um agente da Polícia Federal com o telex, né? Para que a gente lê-se dando a proibição de determinada notícia, a gente lia, mas não ficava com cópia do telex, tá?** A gente lia assinava atrás que tinha recebido e devolvia, **não ficava arquivo, não ficava cópia, não ficava nada.** E obviamente aquela época, a **gente obedecia.** E eu lembro que fui dar uma palestra pra o curso de jornalismo na UNIT e contei aquela história do Major Raul, ai um aluno disse: “Eu não fazia”, no que eu respondi: “Fazia, fazia e perguntava se estava bom, se era assim mesmo.” Porque a época era aquela, o cara chegava com uma 45 em cima da mesa, e você ia sem mais dizer: “Não faço”, não faço uma conversa, pra levar um tiro por cima das fuças? E tava morto e **tava morto, mesmo e não acontecia nada com o cara, se ele fosse bonzinho te colocava na cadeia, se fosse bonzinho, se fosse dos mal te dava um tiro e pronto. Na época se não fizesse se dava mal.** (Entrevista concedida em 16/03/2012)

O medo imperava naquele momento, fazendo com que a memória dessas pessoas levasse esses fatos ao esquecimento por algum tempo, no entanto com o advento do direito à memória e a verdade esses depoimentos passam a tomar significados e ser revelados. Esse direito à memória vai influenciar de tal modo, que até

os viventes após a Ditadura militar, ou aqueles que não sofreram de forma direta as censuras e torturas acabem trazendo para si essa significação, por estar ligado a uma memória afetiva coletiva, vivendo os acontecimentos “por tabela”.

1.5 - Considerações Finais

Segundo Beatriz Sarlo (2007), “o passado é sempre conflituoso”, e torna-se ainda mais difícil de lidar com ele quando se faz uma história contemporânea, na qual poucos são os registros e escritos e muitas são as memórias. Pois, a história e a memória acabam entrando em conflito, “porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança” (SARLO, 2007: 9).

A memória é uma necessidade da história, uma vez que é através dela que se pode evocar o passado recente e esclarecer fatos, com isso não se quer fazer uma apologia da verdade, mas de lembranças recentes. Não se pode considerá-la uma verdade, principalmente por ela ser “sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993: 9), sendo assim influenciada pelos acontecimentos da memória coletiva e do grupo ao qual pertence, pois quando o indivíduo vivencia determinados acontecimentos dentro de seu grupo nacional ele acaba vivenciado por tabela, mesmo que através de jornais, ou depoimentos de outrem.

Desse modo, ao analisar as entrevistas dos depoentes foi levado em consideração que a memória é a produção de um discurso, principalmente do que está sendo vigorado no presente. O que se tem na atualidade é a organização de diversos grupos, nos países da América Latina que presenciaram os governos ditatoriais das décadas de 60 e 70, pelo direito a memória e a verdade afim de condenar os culpados por torturas, mortes, sequestros. De acordo com Sarlo (2007) esse dever da memória possibilitou que a Argentina condenasse o terrorismo do Estado e “a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita” (2007: 20).

Desse modo até em lugares que a pouco não se falava em Ditadura Militar, passam a ser desenvolvidos estudos e se inicia uma busca incessante por aqueles militantes e por vítimas da Ditadura Militar. Infelizmente os dossiês dos ex-presos,

embora sejam encontrados no Arquivo Público do Estado de Sergipe, que participou do projeto Memórias Reveladas, ainda não se encontram disponíveis para consulta pública o que dificulta no aprofundamento das prisões e detenções dos jornalistas aqui citados. Com esse estudo é perceptível as artimanhas engendradas pelo comando militar para que não ficassem registros nos arquivos dos jornais, dessa forma não se poderia comprovar a censura imposta pelo Regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa - Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: Um jornal alternativo (1975-1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC – SP, 1995.

CARDOSO, Célia C. “Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964”. *Cadernos do Tempo Presente*. , v.1, p.01 - 10, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964/84: partidos e eleições num estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951 – 1964): um conceito em transformação. In: *Anos 90*, v. 16, n.29, julho de 2009. Porto Alegre.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Tradução: Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis, Vozes, 4ª Edição, 1986.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil Republicano. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

JORGE, Fernando. *Cale a Boca, Jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. 4. Ed. São Paulo: Vozes, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI -5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada. A história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONI, Paolo. *A Censura Política na imprensa brasileira (1968 – 1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MARQUES DE MELO, José. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 186 p.

MARTINS, Flávia; CÔRTEZ, Joana. *Memórias empoeiradas da Gazeta de Sergipe*. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. PUC/USP, Dezembro, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. 6ª Ed. Campinas. SP: Pontes, 2005

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. P. 3-15

REIS, Carla D. S. dos. “O papel da imprensa aracajuana durante o Governo Militar: análise da Gazeta de Sergipe”. *Cadernos do Tempo Presente*, V. 6, p. 01-09, 2012

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha. RJ, Ed. UFRJ-Ed.FGV, 1996

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte,: UFMG, 2007

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999